11º Encontro Internacional de Política Social
18º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Entre o capital e a vida: questão social, crise ambiental e resistências
Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Política Social: fundamentos histórico-teóricos, análise, avaliação e financiamento

Políticas Sociais de combate ao racismo estrutural no Brasil: uma análise bibliográfica

John dos Santos Silva[1]

Juliana Fiuza Cislaghi[2]

Maria Carolina Corrêa dos Santos[3]

Thulio Silva de Moraes[4]

Resumo: Esse artigo tem como objetivo a análise bibliográfica das principais produções na área do Serviço Social acerca do financiamento das políticas de combate ao racismo no país e suas consequências para as pessoas negras. As pesquisas foram realizadas nas revistas Serviço Social e Sociedade e Em Pauta, nos anais no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Encontra-se por resultado prévio que as produções sobre o objeto em análise ainda aparecem de forma indireta e tímida, ainda assim em meio a abordagens sobre desigualdades estruturais e ações afirmativas.
Palavras-chave: financiamento; orçamento; população negra; serviço social; racismo.

Social policies to combat structural racism in Brazil: a bibliographical analysis

Abstract: This article aims to provide a bibliographical analysis of the main publications in the field of Social Work regarding the financing of anti-racism policies in the country and their consequences for Black people. The research was conducted in the journals Serviço Social e Sociedade and Em Pauta, in the proceedings of the Brazilian Congress of Social Workers (CBAS) and the National Meeting of Researchers in Social Work (Enpess), and in the CAPES Catalog of Theses and Dissertations. Preliminary results indicate that publications on the subject under analysis are still indirect and timid, even within approaches to structural inequalities and affirmative action.
Keywords: funding; budget; Black population; Social Work; racism.

Introdução

São cada vez mais conhecidos e reconhecidos os dados que evidenciam a permanência dos efeitos dos quase quatrocentos anos de sequestro e escravização de pessoas negras oriundas de países africanos no Brasil. O racismo estrutural brasileiro se revela nas imensas desigualdades de acesso a emprego, renda, moradia, educação e

[1] Mestre e doutorando em Serviço Social. Email: joohn.saantos@gmail.com
[2] Doutora em Serviço Social. Email: fiuzajuliana@yahoo.com.br
[3] Graduanda em Serviço Social. Email: carolinacorrea.seso@gmail.com
[4] Mestre e doutorando em Serviço Social. Email: thulio9007@gmail.com

direitos entre homens e mulheres, negros/as e brancos/as[5]. As taxas de pobreza, por exemplo, são de 18,6% entre os brancos, 34,5% de pretos e 38,4% de pardos, o que sintetiza esse abismo racial que se perpetuou. Se não reconhecemos uma inferioridade de capacidades da população negra, como quer o racismo, torna-se óbvio que os mecanismos de barragem pós abolição (Moura, 2021) para o acesso ao mercado de trabalho e aos direitos sociais seguiram operando e se consolidaram após poucos mais de 100 anos do fim das possibilidades legais de escravização no Brasil. Junto a eles, uma forte ideologia de "democracia racial" que empurrou por muitas décadas, e ainda insiste em empurrar, para debaixo do tapete, os efeitos históricos e cruéis da nossa colonização.

O enfrentamento do Estado a esse cenário é extremamente recente. Foi a articulação do Movimento Negro Unificado, em 1978 no marco do combate à ditadura no Brasil, capítulo mais recente da organização da população negra, que logrou pressionar a Constituinte de 1988 para incorporar a criminalização do racismo e a regulação fundiária das terras quilombolas. Posterior a isso, apenas em 1995, com a pressão exercida pela Marcha Zumbi dos Palmares em Brasília, o movimento negro fez o governo a reconhecer a existência do racismo no país e a necessidade de políticas públicas para seu combate.

Porém, apenas com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, espaço de militância de inúmeras lideranças negras[6], que, de fato, se deu uma incorporação institucional das demandas do movimento, com uma aceleração e ampliação do conjunto de políticas direcionadas à população negra. Já em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que depois de alterada nos governos de Temer e Bolsonaro (2016-2022), passou à Ministério da Igualdade Racial no governo Lula 3. Ainda como secretaria, criou o Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial em 2008, realizando Conferências periodicamente, o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir) e aprovou o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12288/2010) que instituiu o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) em 2013 para execução do Programa de Combate à

[5] A última pesquisa sobre as desigualdades por cor ou raça no Brasil refere-se a dados de 2021. Em: liv101972_informativo.pdf Acesso em: 27 abr. 2026.

[6] Essa adesão não se deu historicamente sem contradições. Lélia González, por exemplo, rompe com o PT por falta de espaço para o debate racial em 1985 e vai, por influência de Abdias Nascimento para o Partido Democrático Trabalhista (PDT) (Carneiro, 2024).

Discriminação Racial (Rodrigues e Pereira, 2022; Nascimento, Gonçalves e Tavares, 2023). Apesar da construção dessa robusta estrutura institucional que já data mais de 20 anos, interrompida apenas nos 6 anos dos governos Temer e Bolsonaro, é fundamental observar se as políticas foram efetivamente implementadas, o que tem no financiamento um ponto chave em período de austeridade fiscal e ajuste fiscal permanente (Behring, Cislaghi e Souza, 2020), e se essa implementação significou alguma alteração nos indicadores sociais das desigualdades raciais no país.

Esse artigo foi construído a partir de uma análise bibliográfica que partiu das principais revistas e produções de teses e dissertações na área do Serviço Social sobre o objeto em análise. As conclusões que chegamos sobre as pesquisas da nossa área de conhecimento nesse campo compõem a primeira parte do trabalho. Na segunda parte iremos expor os achados dessa bibliografia, associada a outras pesquisadas, sobre o financiamento das políticas de combate ao racismo no país e suas consequências para as pessoas negras até então.

O financiamento das políticas de combate ao racismo no Brasil: a produção do Serviço Social

Iniciamos a pesquisa bibliográfica para esse artigo pela consulta sistemática nas páginas eletrônicas de duas das principais revistas da área de Serviço Social quais sejam: Serviço Social e Sociedade – pela sua longevidade e pioneirismo e Em Pauta – representando uma revista com grau máximo de qualificação que se vincula a um programa de pós-graduação com nota máxima (7), na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Além disso, consultamos os Anais dos dois principais eventos do Serviço Social no país: o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), além do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

Tudo isso com o conhecimento da pouca produção sobre financiamento de políticas sociais no Serviço Social brasileiro, conforme dados apresentados pela coordenação do Grupo Temático de Pesquisa em Política Social (GTP) da Abepss no último Enpess realizado em 2024. Ainda assim, buscamos com essa pesquisa observar se as políticas para pessoas negras e de combate ao racismo foram objeto de estudo nos poucos grupos de pesquisa sobre o tema.

A análise do estado da arte indica, em primeiro lugar, que há uma presença ainda limitada de produções que tratem diretamente do financiamento específico de políticas para pessoas negras, quando se utilizam descritores como “financiamento”, “orçamento” e “políticas para pessoas negras”. Esse dado já revela um elemento importante: a temática do financiamento racializado das políticas públicas ainda aparece de forma indireta ou mediada, sendo frequentemente abordada por meio de discussões sobre desigualdades estruturais, políticas sociais universais e ações afirmativas.

No que se refere ao CBAS, quando analisados os anais a partir dos descritores mencionados acima, não foram encontrados, em nenhum dos últimos dois congressos (2022 e 2025), trabalhos que debatem a questão racial relacionada ao orçamento e financiamento - ou desfinanciamento de políticas sociais, como aparece na maioria dos títulos dos trabalhos. Tratam dos ataques neoliberais ao financiamento das políticas sociais no Brasil contemporâneo sem nenhuma racialização. No ano de 2022, foram encontrados 4 trabalhos do total de 1293 e no ano de 2025 foram encontrados 14 trabalhos do total de 2081 com essas características.

No Enpess de 2022, foram realizadas 619 apresentações orais, 74 apresentações em forma de pôster e 25 mesas temáticas coordenadas. Ainda assim, apenas 11 trabalhos foram encontrados com os descritores “financiamento” e “orçamento”, e em nenhum desses trabalhos o debate racializado aparece.

Na edição de 2024, o Enpess é palco de quase o dobro de trabalhos em relação à edição anterior. São 1168 apresentações orais, 82 apresentações em forma de pôster e 20 mostras de curricularização da extensão e, dentre esses, apenas 6 trabalhos aparecem no filtro “financiamento”, numa quadra histórica em que o país sangrou com as evidentes políticas de austeridade e ajustes fiscais. Nota-se que nesses trabalhos, Behring (2011, 2017, 2021) e Salvador (2010, 2014, 2014a, 2024) são a/os principais autoras/es no tocante a discussão de orçamento e fundo público. Entretanto, é nas 42 mesas temáticas coordenadas, que se encontram 5 trabalhos que se relacionam com os componentes que nos interessam. Trabalhos que têm em seu temas: o resultado do desmonte da política de assistência e os rebatimentos na população negra (Cardoso e Abreu, 2024), o orçamento de pessoal da União relacionado à apropriação do grupo racial branco na esfera federal (Conceição, Paiva e Pereira, 2024), a destruição da cultura, inclusive através da diminuição orçamentária e os impactos na população negra (Farias

e Lima, 2024), debate sobre assistência estudantil, política de cotas e subfinanciamento (Cislaghi, et al, 2024) e reflexões referente ao financiamento da educação básica e racismo (Silva, 2024).

Trabalhamos com a hipótese de que nesta última edição do Enpess, o avanço em trabalhos que relacionam à pauta racial com as discussões de orçamento e financiamento se deu pelo chamamento do evento: "RELAÇÕES DE CLASSE E RAÇA-ETNIA NO BRASIL: desafios para uma formação profissional emancipatória no Serviço Social".

Em relação às revistas, na Revista Em Pauta (UERJ), no período de (2018-2020), foram encontrados 5 artigos que passam pela temática, mas não avançam no estudo das políticas sociais e seu financiamento. O debate sobre a população negra está fortemente ancorado na crítica ao racismo estrutural e sua articulação com a formação sócio-histórica brasileira. A discussão é apresentada principalmente a partir da obra de Sílvio Luiz de Almeida (2019) e aponta que o racismo não é apenas um fenômeno cultural, mas um elemento constitutivo da própria lógica de organização econômica e política do país. Nesse sentido, ainda que o orçamento público não seja sempre tratado de forma central, ele aparece implicitamente como importante instrumento de reprodução ou enfrentamento das desigualdades raciais.

No âmbito da Revista Serviço Social e Sociedade, a partir da aplicação dos descritores "negros", "negras", "orçamento", "financiamento" e "políticas públicas para negros e negras", não foram identificados artigos que abordassem diretamente a temática proposta. Os resultados indicam a ausência de produções específicas que articulem, de forma explícita, as dimensões de orçamento e financiamento das políticas públicas com o recorte racial voltado à população negra.

A análise do conjunto das produções evidencia que o debate sobre o orçamento destinado às políticas públicas voltadas à população negra no Brasil ainda se apresenta de forma incipiente, fragmentada e pouco sistematizada no campo do Serviço Social. Predomina uma abordagem indireta da temática, na qual a dimensão orçamentária aparece diluída em discussões mais amplas sobre desigualdades sociais.

As políticas de ação afirmativa, especialmente no campo da educação superior, são amplamente reconhecidas como estratégias fundamentais de promoção da equidade racial. Contudo, tais políticas se desenvolvem em um cenário marcado pela

austeridade fiscal e pelo avanço de orientações neoliberais, que tensionam sua continuidade, financiamento e alcance, o que não é tratado pela bibliografia com a mesma frequência.

No repositório de teses e dissertações foi encontrada uma que se trata exatamente do financiamento de políticas para pessoas negras. Intitulada "Desfinanciamento da Política de Igualdade Racial: um estudo de programas e ações orçamentárias dos anos 1996 – 2019", é de autoria de André Oliveira da Silva, orientada por Evilásio Salvador na Universidade de Brasília, como já mencionado um pesquisador que é referência nacional na área do Serviço Social no tema do financiamento das políticas sociais, e foi defendida em 2021. Por ser a única bibliografia expressiva encontrada, iremos basear boa parte de nossas primeiras conclusões na sua pesquisa.

O desfinanciamento das políticas de combate ao racismo no Brasil: primeiras conclusões da pesquisa bibliográfica

Silva (2021), em sua dissertação de Mestrado, apresenta uma extensa pesquisa sobre o financiamento de programas e ações orçamentárias que compõem a Política de Igualdade Racial do Estado Brasileiro, por intermédio da investigação dos Planos Plurianuais (PPAs) de 1996 a 2019[7]. Com os dados dos PPAs, o autor pôde analisar o volume de recursos destinados aos programas e ações orçamentárias vinculadas às políticas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo, bem como mensurar o movimento de financiamento – e desfinanciamento – destas políticas, observando os valores autorizados, os valores pagos e o percentual de execução orçamentária dos programas e ações.

Nesse sentido, a pesquisa desenvolve a análise de cinco programas, utilizando as informações disponíveis no SIGA Brasil e no domínio do PPA: 172 – Cultura afro-brasileira; 1152 – Gestão da política de promoção da igualdade racial; 1336 – Programa Brasil Quilombola; 1432 – Promoção de políticas afirmativas para a igualdade racial; 2034 – Programa pela Igualdade Racial e Superação do Racismo. Essa análise, cabe ressaltar, é composta não só pela identificação dos programas e dos seus

[7] São eles: PPA 1996-1999; PPA 2000-2003; PPA 2004-2007; PPA 2008-2011; PPA 2012-2015; PPA 2016-2019, referentes aos governos Cardoso, aos dois governos de Lula e ao governo Rousseff, depois do golpe jurídico-parlamentar de 2016 executado por seu vice Temer, que abrange, ainda, o primeiro ano do governo Bolsonaro, como ocorre com todos os PPAs no Brasil.

objetivos gerais, mas também pela exposição dos valores, deflacionados a preços de 2020 pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Geral (IGP-DI), que constituem seus orçamentos.

Silva (2021) reafirma, como já citado, que a criação desses programas, assim como de outras políticas e ações de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo, foi impulsionada pela Marcha Zumbi dos Palmares. Por conseguinte, tornou-se possível observar a presença de ações de promoção da igualdade racial já no PPA 1996-1999, durante o governo Cardoso. Essas ações buscavam atuar, principalmente, junto às Comunidades Quilombolas, através da preservação, conservação e revitalização do patrimônio cultural quilombola e da demarcação e titulação de terras das comunidades remanescentes de quilombos, conforme já inscrito na Constituição Federal de 1988.

Em seguida, destaca a participação do Movimento Negro junto ao Estado brasileiro na Conferência de Durban, em 2001, como um momento importante para o planejamento e criação de políticas, programas e ações de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo. Contudo, explicita que as iniciativas desenvolvidas nesse período do governo Cardoso foram parcas. O autor ressalta, como já citamos, que só a partir de 2003, com a criação da Seppir, que se observa um nítido avanço da pauta, ocasionando a expansão dessas políticas no decorrer dos governos Lula e Rousseff (Silva, 2021).

Desta maneira, evidencia-se que é sobretudo neste período, de 2003 a 2016, que são desenvolvidos os programas analisados por Silva (2021), em conjunto com variadas ações e políticas de promoção igualdade racial e de combate ao racismo, com ênfase para: a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) em 2003; as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na educação básica; o Estatuto da Igualdade Racial em 2010; a Lei de Cotas nas universidades em 2012; a Lei 12.990/2014, que estabeleceu cotas raciais nos concursos públicos federais. No entanto, é importante enfatizar que, mesmo nesse cenário aparentemente favorável para a expansão das políticas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo, foi possível constatar o subfinanciamento dos programas que as acompanhavam. Nesse sentido, a análise do volume de recursos destinados aos programas anteriormente mencionados revela que seus orçamentos foram eclipsados pelos valores exorbitantes voltados para o pagamento

dos juros da dívida pública[8], demonstrando, assim, a tendência neoliberal de captura de recursos do fundo público para o capital financeiro.

Segundo o autor, essa tendência foi agudizada no decurso do período pós-golpe jurídico-parlamentar de 2016, no qual o governo Temer instituiu o Novo Regime Fiscal através da Emenda Constitucional 95, resultando no avanço das políticas de austeridade, na diminuição dos recursos destinados às políticas públicas e sociais, e, consequentemente, no subfinanciamento e na descontinuação de diversas políticas, programas e ações de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo (Silva, 2021). Com isso, pode-se verificar como o racismo, constituindo um fenômeno estrutural que permeia todas as esferas da sociedade brasileira, influi diretamente até no financiamento das políticas criadas para combatê-lo, uma vez que o corte de gastos públicos atinge, incisivamente, as iniciativas de natureza antirracista, como Silva (2021) observa ao destacar que as políticas e programas voltados para a população negra e para as Comunidades Quilombolas vão sendo gradativamente desfinanciados nesse ínterim, praticamente desaparecendo do PPA 2020-2023, elaborado pelo governo Bolsonaro.

Outros autores avançam nas questões que acometem o financiamento das políticas para pessoas negras e combate ao racismo no Brasil a partir de outras fontes para além dos PPAs, como as Lei Orçamentárias Anuais (LOAs) e os dados de execução orçamentária que podem ser consultados no SIGA Brasil. Nascimento, Gonçalves e Tavares (2023), em trabalho premiado pela Secretaria de Orçamento Federal da Escola Nacional da Administração Pública (Enap), analisam a execução orçamentária dos programas que constam nos PPAs a partir da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que prevê a obrigatoriedade de ações de combate ao racismo.

O Estatuto prevê no Capítulo V o financiamento das iniciativas de promoção da igualdade racial especialmente para as áreas de educação, saúde, emprego e renda, desenvolvimento agrário, habitação popular, desenvolvimento regional, cultura, esporte e lazer (Art. 56, §1º) tendo como fonte ordinária o orçamento fiscal e da seguridade social que pode ser complementado por transferências de Estados e municípios e fontes privadas inclusive internacionais.

[8] Como exemplo, Silva (2021) relata que o valor total pago ao Programa 172, no período de 2004 a 2007, girou em torno de R$ 100,79 milhões. Nesse mesmo período, o valor voltado para o pagamento dos juros da dívida pública – excetuando o refinanciamento – foi de aproximadamente R$ 1,73 trilhão.

Uma das principais conclusões do estudo dos autores é a baixíssima execução dos parcos recursos orçamentários desde 2012, logo após a aprovação do Estatuto. No caso do principal programa da Seppir, o programa 2034 que então se chamava, como também citado por Silva (2021) "Enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial", a execução foi de apenas 8% do previsto em 2012, 22% em 2013, 37% em 2014, 10% em 2015, todos os anos durante o governo Rousseff do PT. Esse padrão no PPA de Rousseff é repetido posteriormente ao golpe de 2016, sob a direção de Temer.

Durante o governo Bolsonaro, apesar do Estatuto da Igualdade Racial ser uma política de Estado e não de governo, a questão racial foi diluída em um debate sobre a igualdade como valor universal por meio de um núcleo essencial abstrato formado pela "família", tudo bem ao gosto dos termos da "democracia racial" como ideologia histórica brasileira ainda que completamente refutada pelos dados da realidade.

Além dessa constatação sobre o financiamento das políticas para pessoas negras e de combate ao racismo no Brasil as autores citam, a partir de um estudo do IPEA de 2008, que seguem sendo os principais desafios para uma política de promoção da igualdade racial no Brasil: o caráter residual das políticas públicas, a ausência de uma base conceitual para a formulação de políticas e programas, a mescla entre questão racial e pobreza no desenho das políticas públicas e o racismo institucional (Nascimento, Gonçalves e Tavares, 2023, p.22).

Ainda que programas de transferência monetária possam ter reduzido, em alguns momentos da série histórica, a pobreza absoluta no Brasil, o que afeta a população negra que, como vimos, é a maioria desse público, as desigualdades raciais não regrediram, pelo contrário. Desde a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial o número de mortes por assassinato entre jovens negros e de feminicídios de mulheres negras em relação a pessoas brancas não diminuiu, mas, aumentou[9], refutando qualquer tese de que políticas contra desigualdades universalizadas podem, por si só, reduzir desigualdades raciais, sem ações afirmativas, ações contra o genocídio de jovens negros e foco no acesso a direitos para essa população, ainda que nos marcos da emancipação política básica. O que torna ainda mais preocupante a falta de estudos que evidenciem as

[9] Consulta em: Desigualdade entre negros e brancos aumenta em 33% das capitais brasileiras - Geledés Pessoas negras seguem sendo maioria das vítimas de homicídio no país | Radioagência Nacional Portal CNM - Taxa de homicídios de mulheres negras é mais que o dobro da de mulheres brancas - Confederação Nacional de Municípios. Acesso em: 27 abr. 2026.

lacunas nas políticas de combate ao racismo que vêm sendo implementadas por mais de duas décadas no Brasil.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que o enfrentamento ao racismo estrutural no Brasil, embora tenha avançado no plano institucional e normativo, permanece profundamente limitado no que se refere à materialização concreta das políticas públicas, sobretudo no âmbito do financiamento. A trajetória histórica das políticas de promoção da igualdade racial demonstra que sua construção resulta da intensa pressão do movimento negro, sendo incorporada de forma mais sistemática apenas a partir dos anos 2000. Contudo, tal incorporação não foi acompanhada por um compromisso proporcional com a alocação e execução de recursos públicos.

No campo do Serviço Social, o estado da arte revelou uma lacuna significativa na produção acadêmica que articula, de maneira direta, a questão racial ao orçamento e ao financiamento das políticas públicas. Predomina uma abordagem que reconhece o racismo como estrutural, mas que ainda carece de aprofundamento sobre as políticas sociais para seu combate e a dimensão orçamentária, elemento central para a sua efetividade.

Os achados da pesquisa bibliográfica indicam que, mesmo nos períodos de ampliação institucional das políticas de igualdade racial, houve um padrão persistente de subfinanciamento, baixa execução orçamentária e descontinuidade das ações. Esse cenário se agrava em contextos de austeridade fiscal, nos quais as políticas sociais e, de forma ainda mais acentuada, aquelas voltadas à população negra, tornam-se alvo prioritário de cortes e restrições. Tal dinâmica evidencia que o racismo estrutural não apenas se expressa nas desigualdades sociais, mas também orienta as prioridades do fundo público.

Diante desse quadro, torna-se fundamental o fortalecimento de uma agenda de pesquisa no Serviço Social que incorpore de forma sistemática a análise do financiamento das políticas de combate ao racismo. Tal agenda deve contribuir para desvelar as contradições entre o discurso institucional e a prática orçamentária, bem como para subsidiar a formulação de políticas mais eficazes. Por fim, reafirma-se que o

enfrentamento ao racismo estrutural exige não apenas reconhecimento político e jurídico, mas, sobretudo, compromisso efetivo com a destinação de recursos públicos. Sem isso, as políticas de igualdade racial tendem a permanecer no plano formal, incapazes de promover transformações substantivas na vida da população negra no Brasil.

Referências

ALMEIDA. Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 9a. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **A dívida e o calvário do fundo público**. ADVIR (ASDUERJ**)**, Rio de Janeiro, v. 36, 2017.

BEHRING, Elaine. **Fundo público, valor e política social.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. **Fundo público, crise do capital e política social.** In: BEHRING, Elaine Rossetti (org.). Fundo público e política social: fundamentos e contribuições para o debate. São Paulo: Cortez, 2020.

CARDOSO, Renata de Oliveira; ABREU, Katthelyn Cristina Santos de. **Breves reflexões sobre o desmonte da política de assistência social e as condições de vida da população negra no brasil de hoje**. In: Anais do ENPESS, 18., 2024. Disponível em: https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/mesas/mesa_3121_0003.pdf. Acesso em: 28 de abril de 2026.

CARNEIRO, Sueli. **Lélia González: um retrato**. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

CONCEIÇÃO, Marcela Rodrigues Camilo da; PAIVA, Mariana Flores Fontes; PEREIRA, **Genesis de Oliveira. O mito do servidor custoso: orçamento de pessoal e determinações raciais**. In: Anais do ENPESS, 18., 2024. Disponível em: https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/mesas/mesa_3121_0004.pdf. Acesso em: 28 de abril de 2026.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; *et al*. **Cotas e políticas de permanência: o orçamento da assistência estudantil na universidade do estado do Rio de Janeiro**. in: Anais do ENPESS, 18., 2024. Disponível em: https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/mesas/mesa_3121_0004.pdf. Acesso em: 28 de abril de 2026.

FARIAS, Thyago Martins de; LIMA, Bruna Evelyn Bitencourt de. **A cultura como indicador social: impactos das políticas culturais sobre a população negra no brasil** (2016-2022). In: Anais do ENPESS, 18., 2024. Disponível em: https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/mesas/mesa_3121_0004.pdf. Acesso em: 28 de abril de 2026.

MOURA, Clóvis. **O negro:** de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Dandara, 2021.

NASCIMENTO, Aline; GONÇALVES, Renata; TAVARES, Maria. **Promoção da igualdade racial pelo governo federal:** uma análise dos Planos Plurianuais posteriores ao Estatuto da Igualdade Racial **.** Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), 2023. Disponível em: 5. ID 133.pdf Acesso em: 02 de maio de 2026

REVISTA EM PAUTA: **teoria social e realidade contemporânea**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, [s.d.]. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta. Acesso em: 02 maio 2026.

RODRIGUES, Cristiano e PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Disputando o partido, enfrentando opositores: efeitos políticos dos movimentos negro e LGBT+ nos governos Lula e Dilma** (2003-2014). Opinião Pública, Campinas, v. 28, n.3. Disponível em: Brasil - Disputando o partido, enfrentando opositores: efeitos políticos dos movimentos negro e LGBT+ nos governos Lula e Dilma (2003-2014) Disputando o partido, enfrentando opositores: efeitos políticos dos movimentos negro e LGBT+ nos governos Lula e Dilma (2003-2014) Acesso em: 02 de maio de 2026.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SALVADOR, Evilásio; TEXEIRA, Sandra Oliveira. **Orçamento e Políticas Sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica**. R. Pol. Públ., São Luís, v. 18, n. 1, p. 15-32, 2014.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo público e financiamento das políticas sociais no contexto do federalismo brasileiro do século XXI.** Conferência proferida no II Simpósio Orçamento Público e Políticas Sociais na Universidade Estadual de Londrina (UEL), em 08 de abril de 2014a.

SALVADOR, Evilásio *et al*. **O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais**. Argumentum Debate, Vitória, n. 1, p. 6-19, 2024.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. São Paulo: Editora Cortez, [s.d.]. Disponível em: https://www.cortezeditora.com.br/revistassesociedade. Acesso em: 02 mai. 2026.

SILVA, André Oliveira da. **Desfinanciamento da política de igualdade racial:** um estudo de programas e ações orçamentárias dos anos 1996-2019. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SILVA. John dos Santos. **Delineamentos acerca do financiamento da educação rebatimentos do racismo na discussão política do fundo público**. In: Anais do ENPESS, 18., 2024. Disponível em: https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/mesas/mesa_3121_0004.pdf. Acesso em: 28 de abril de 2026.